
II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL



DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO

CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE COM A TEMÁTICA: GÊNERO, RAÇA E VIOLÊNCIA

Andreia Lohane Resende Simplicio

Universidade de Brasília - Darcy Ribeiro

deiaresimplicio@gmail.com

Resumo

Trata-se de um Projeto de Intervenção de Estágio Obrigatório em Serviço Social, com o objetivo de contribuir com o enfrentamento do Racismo Institucional no atendimento de vítimas de todos os tipos de violência, com exceção de violências urbanas. A análise de dados advindos do preenchimento do quesito raça/cor que foram estabelecidos pelas pesquisas do Núcleo de Estudos de Programas para os Acidentes e Violências confirma as barreiras sociais e institucionais que perpassam pelo preenchimento de Fichas de Notificação de Violência. É necessário compreender o direito à saúde de maneira racializada, pois esta compõe substancialmente o tripé da Seguridade Social. Sendo assim objetiva-se um tratamento humanizado, capaz de abranger as especificidades de grupos populacionais com demandas diversas. A proposta do projeto é promover um curso de capacitação com a temática: Raça, Gênero e Violência, tendo como público alvo os profissionais de saúde que atendem casos de violência no Distrito Federal. Estima-se que o profissional de saúde seja também um agente promotor de direitos equânimes e para isso, visar o debate da equidade como ponto de partida para um caminho voltado à desconstrução do ideal de democracia racial - este que incide na construção da igualdade como base de discurso dos profissionais de saúde.

Palavras chaves: Mulheres Negras. Saúde. Capacitação.

1. Introdução

Diante dos desdobramentos da estrutura histórica e social que se ergue por meio de um sistema de poder hierárquico e racista, o seguinte projeto propõe-se a cooperar com os profissionais da área de saúde do Distrito Federal, a fim de promover um curso de capacitação que se propõe a contribuir para a efetivação do direito à saúde das mulheres negras.

Identificadas as iniquidades que perpassam o acesso e a qualidade do atendimento ofertado às mulheres negras no SUS, observamos um quadro excludente que privilegia políticas públicas universalizantes em detrimento de um olhar que considere a pluralidade. É

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



fundamental compreender o racismo por meio de sua epistemologia, esta que produz impactos nas particularidades da saúde da mulher negra, estigmatizando-as como detentoras de um corpo socialmente invisível. Tendo como base todos os elementos acima citados e a necessidade de promover um olhar humanizado para esta população, pensou-se a execução deste projeto.

Este projeto, por sua vez, fomenta o debate acerca das operações do racismo institucional enquanto fator socialmente determinante, capaz de causar resultados terapêuticos desiguais para as mulheres negras. A sensibilização é o caminho que busca contribuir para que os profissionais de saúde se percebam operadores de transformação social frente à temática.

2. Metodologia

O curso, com carga horária de 16 horas, ocorrerá nos dias 27 e 28 de Novembro. Serão utilizadas técnicas diversificadas, como exposição dialogada, mesas redondas, apresentação de vídeos, dinâmicas de grupo, entre outros. Pesquisadores e profissionais serão convidados para palestra e debate, compostos por especialistas nas temáticas de Raça Gênero e Violência.

3. Fundamentação Teórica

Para Jurema Werneck (2016), o racismo se caracteriza enquanto fator central das iniquidades em saúde, para homens e mulheres negros. Para além disso, o racismo institucional produz e/ou mantém a situação de vulnerabilidade de indivíduos e/ou grupos vitimados pela violência racial e portanto esta pode causar disparidades no processo de cuidado à saúde, a âmbito institucional. Entende-se que o racismo institucional se expressa na relação de cuidado, nas práticas e normas institucionais e no formato pessoal.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra afirma que o racismo é a razão que mais impacta negativamente na saúde deste segmento populacional e sendo assim, a implementação desta política atesta a necessidade de se debater a questão racial enquanto um

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



fator de promoção à saúde equânime. A mesma elenca estratégias estruturais dispostas pelo Artigo 3º do II Plano Operativo da Saúde Integral da População Negra (2013-2015), sendo estas:

“Art. 3º O II Plano Operativo da PNSIPN é estruturado pelos seguintes eixos estratégicos, convergentes ao problema estabelecido da dificuldade de acesso da população negra à atenção à saúde, e que estabelecem ações impulsionadoras para a implementação da PNSIPN e da promoção da equidade racial em saúde desta população I - Acesso da População Negra às Redes de Atenção à Saúde;II - Promoção e Vigilância em Saúde;III - Educação Permanente em Saúde e Produção do Conhecimento em Saúde da População Negra;IV - Fortalecimento da Participação e do Controle Social; eV - Monitoramento e Avaliação das Ações de Saúde para a População Negra.”Ministério da Saúde, Resolução Nº2 de 2014; II Plano Operativo (2013-2015) da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.” (MINISTÉRIO DA SAÚDE; 2013-2015)

Para a situação das mulheres negras a incidência de violência é alarmante e adquire um caráter naturalizado pois se observa um quadro de violação de direitos da mulher agravados por fatores sociais, econômicos e culturais. Analisando os dados de homicídio de mulheres em um período de 10 anos, segundo pesquisas do IBGE (2015) observa-se um aumento de 48% para 62% na taxa de mortalidade de mulheres negras e em detrimento a de mulheres brancas sofre uma queda de 44% para 32,5%. Esta análise demonstra que o fenômeno do feminicídio tem uma seletividade pertinente a respeito da cor e não obstante de que o sistema de proteção é voltado para proteger um corpo não-negro.

Segundo Bell Hooks (2006), é substancial pontuar os efeitos psicossociais do racismo ao ponderar os aspectos de dificuldade que a mulher negra pode possuir ao vivenciar e expressar o amor, comprometendo relacionamentos afetivos, familiares e barreiras na dificuldade de amar ocasionadas pela brutalidade dos rompimentos de vínculos e feridas que atingem até o coração.

O corpo da mulher negra é marcado por um processo de desumanização desde os primórdios da colonização - este caracterizado pela violência do corpo negro e indígena, até o pleno desenvolvimento do sistema capitalista e suas articulações burocráticas para complexificar o sistema de exploração e extermínio. A fim de melhor elucidar este fenômeno conhecido como cultura do estupro a autora Angela Davis (1981), afirma que as mulheres negras não eram vistas como seres atribuídos à fragilidade e castidade, como se determina o

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



feminismo branco, mas que seus corpos negros e sua força eram equiparados aos dos homens negros e assim, elas desenvolviam trabalhos pesados tanto quanto os homens. Tendo sua natureza feminina completamente negada e o único fator que as diferenciavam dos homens negros era o de que seus corpos eram estuprados. Diante desta construção social se reitera o quanto o racismo trucidou com qualquer possibilidade de autonomia e autoestima da mulher negra.

A violência se manifesta de maneiras similares e multideterminadas e impacta na saúde mental de todas as mulheres, entretanto a aglutinação de múltiplas formas de discriminações podem agravar sobretudo a proporcionalidade de situação de violência, dentre estas discriminações estão a classe social, a orientação sexual, a raça e a etnia. Em reconhecimento da hostilidade do sexismo e racismo coexistentes no cotidiano das negras, os colocando como fenômenos indicadores dos números elevados de ocorrência de violência, atesta-se a necessidade de introduzir a interseccionalidade no debate da questão racial e os impactos. Estes precisam vir acompanhados da responsabilização Estatal e da sociedade civil e não abordar a situação destas mulheres é reafirmar uma subordinação que possui cor e gênero socialmente estigmatizado. “Tais informações serão apresentadas com o objetivo de subsidiar pesquisas e contribuir para a formulação e gestão de políticas públicas adequadas às necessidades expressas nos indicadores sociais e de saúde das mulheres negras brasileiras.” (WERNECK, Jurema; 2016 p.535)

Considera-se imprescindível que este debate se torne pauta de formulação de políticas públicas pois pode determinar mais possibilidades e melhoria na qualidade dos benefícios, serviços e programas da rede de proteção social pois existe a necessidade de elaboração e aplicação de instrumentos sociais e legais que reparem os resultados desiguais advindos da violência racial.

4. Apresentação e Análise de Dados

O Programa de Pesquisa, Assistência e Vigilância às Violências é um programa vinculado ao Núcleo de Estudos de Programas para os Acidentes e Violências (NEPAV) é responsável por assistir e monitorar os dados de preenchimento de fichas de notificação. Ao

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



analisar os dados publicados pelo NEPAV quanto ao preenchimento do quesito raça/cor no período de 2011 a 2016, constata-se que o percentual de incidência de violência naquelas que se declaram de cor branca é 17,1%, nos indígenas 0,5%, nos que se declaram de cor amarela 0,8%, dos pardos 25,3% e nos pretos 5,9%. Em contraposição, os preenchimentos ignorados ou em branco aparecem indicando 50,5%. O quesito raça/cor não é coletado de forma a contemplar a realidade referente à cor das vítimas de violência.

É preciso considerar que, para a visibilidade de questões sociais e raciais e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao enfrentamento de tais problemáticas é fundamental a produção de dados estatísticos que correspondam com a realidade social e territorial. Portanto, o projeto objetiva contribuir com a responsabilização dos profissionais como agentes promotores de saúde equânime, promoção da igualdade racial e profissionais críticos-reflexivos acerca do enfrentamento do racismo institucional.

5. Considerações Finais

Estima-se que a contribuição do projeto incida sob a lacuna de dados que permite que se trace o perfil e as demandas da população negra, em especial às especificidades das mulheres negras. Sendo possível confrontar as disparidades entre negros e brancos quanto às condições, acesso e qualidade em saúde e por meio destes compreender que o racismo é responsável pela desigualdade social e também na prestação do cuidado à esse segmento populacional. E conseqüentemente que os profissionais de saúde possam enxergar a ótica da desconstrução da democracia racial na atuação em saúde e potencialize as condições de tratamento humanizado para as mulheres negras no atendimento à violência, observando as especificidades e fragilidades socialmente construídas para estas.

Referências Bibliográficas

DAVIS, Angela. Mulher, raça e classe, Tradução Livre: Plataforma Gueto; 2013.

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL



DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO

FUNASA, Ministério da Saúde; SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL, 2015.

HOOKS, Bell. Vivendo de Amor; Tradução: Maísa Mendonça. Geledés: Instituto da Mulher Negra, 2010.

CARNEIRO, Suelaine Mulheres Negras e Violência Doméstica: decodificando os números. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2017.

WERNECK, Jurema. Racismo Institucional e Saúde da População Negra. São Paulo, 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE; II Plano Operativo (2013-2015) da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) no âmbito do Sistema *Único de Saúde (SUS)* - RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2 DE SETEMBRO DE 2014.

WERNECK, Jurema. O livro da Saúde das Mulheres Negras: Nossos passos vêm de longe; Rio de Janeiro: Editora: Pallas, 2000.